



Seguramos

Corretores de Seguros

Seguramos – Corretores de Seguros, Lda.

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2017



Índice

Relatório de Gestão 2017	3
Enquadramento Macroeconómico	3
Síntese da Atividade em 2017	7
Perspetivas Futuras	10
Eventos Subsequentes	10
Aplicação de Resultados	10
Agradecimentos	10
Balanço	11
Demonstração dos resultados	12
Demonstração da alteração dos capitais próprios	13
Demonstração de fluxos de caixa	15
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	16
1 Introdução	16
2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	16
3 Principais políticas contabilísticas	17
4 Fluxos de caixa	27
5 Partes Relacionadas	28
6 Ativos Fixos Tangíveis	28
7 Ativos Intangíveis	30
8 Propriedades de Investimento	31
9 Financiamentos obtidos	32
10 Estado e outros entes públicos	33
11 Outras Créditos a Receber e Dívidas a Pagar	34
12 Capital	35
13 Fornecimentos e serviços externos	36
14 Gastos com Pessoal	36
15 Outros GASTOS	37
16 Juros e gastos similares	37
17 Imposto sobre rendimento	37
18 Cumprimento de Disposições Legais	38
19 aplicação de resultados	41
20 Acontecimentos após a data do balanço	41



Relatório de Gestão 2017

Nos termos da lei e dos estatutos, apresentamos Relatório e Contas referentes ao exercício económico relativo ao ano 2017.

Enquadramento Macroeconómico

A Nível Internacional e Europeu

O ano de 2017 terminou com uma nota positiva, evidenciado por vários indicadores de confiança e de atividade nas economias desenvolvidas, bem como no comportamento de alguns ativos financeiros (US Treasuries e Ações Norte-americanas).

No global e em termos do binómio crescimento/inflação, o ano que agora terminou permitiu consolidar o crescimento da economia mundial nos 3,5%, ligeiramente abaixo das perspetivas de crescimento de 3,6% para 2017. No relatório semestral da OCDE é referido que se vislumbram 'sinais positivos' nas economias, como a recuperação do investimento das empresas, sendo de esperar um crescimento económico mundial de 3,7% para 2018. Note-se, contudo, que apesar do crescimento económico ainda não foi possível recuperar os níveis de rendimento per capita registados antes do início da crise, em 2007-2008 e a OCDE estima ainda que a economia mundial deverá desacelerar em 2019.¹

O crescimento da economia mundial decorrerá, essencialmente, do crescimento da economia dos países em desenvolvimento (4,9%), com os países desenvolvidos a apresentar um crescimento esperado de 2%.¹

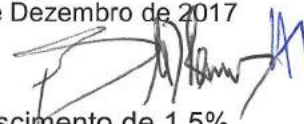
O crescimento da Zona Euro foi de 2,1% em 2017, representando uma aceleração face ao crescimento de 1,8% verificado em 2016, e no conjunto dos 28 Estados Membros da União Europeia para 2,3%.² Esse crescimento foi impulsionado pelo aumento da procura interna e investimento, estimulados essencialmente pela injeção de liquidez na economia feita pelo Banco Central Europeu garantindo o reforço na sua política monetária de Quantitative Easing. No entanto, o BCE pretende reduzir para metade as compras líquidas de ativos a partir de janeiro de 2018, não sendo, contudo, de esperar um aumento significativo das taxas de juro durante este ano.³

Entre as maiores economias, destaque para a Espanha, que conseguiu atingir um crescimento de 3,1% em 2017 e Alemanha (2%). A economia francesa também conseguiu acelerar apesar

¹ Fonte OCDE

² Fonte Fundo Monetário Internacional

³ Fonte Banco de Portugal



de continuar a crescer abaixo da média da Zona Euro. A Itália manteve o crescimento de 1,5%.

Das restantes economias europeias, destaque para as economias da Europa de Leste, assim como para a Irlanda com 4,1%, Malta com 5,1% sendo que as que obtiveram menor crescimento foram Noruega com 1,4%, Bélgica 1,6% e Grécia com 1,8%.²

A economia dos EUA cresceu 2,2% em 2017, com os seus índices de mercado a atingir máximos históricos ao longo deste ano, o que contribui para aumentar a onda de otimismo que se verifica atualmente nos EUA. No entanto, as políticas protecionistas da administração de Donald Trump poderão ter consequências negativas a nível mundial, principalmente nas economias emergentes.

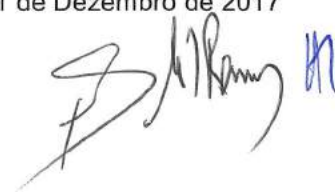
No que diz respeito aos países em desenvolvimento, o crescimento manteve-se na escala dos 4,6%, destacando-se neste grupo a China, com um crescimento de 6,8%, e a Índia, com um crescimento de 6,7%. O Brasil teve mais um ano complicado, com escândalos políticos que em nada beneficiam a sua economia e credibilidade nos mercados mundiais. No entanto, conseguiu reverter a recessão que tinha registado no ano anterior, conseguindo crescer 0,7% em 2017.⁴

Na zona de África subsariana, mais precisamente em Angola, o ano de 2016 foi marcado por inflação alta e fragilidades económica e políticas, com mudanças na presidência do país. João Lourenço substituiu o líder histórico do país, José Eduardo dos Santos, tendo assumido de imediato o combate à corrupção e iniciando o seu mandato com várias exonerações de líderes de instituições angolanas de referência, como o Banco Nacional de Angola.

Na Europa, o ano de 2017 continuou a ser marcado pelas incertezas relativamente aos acordos a ser realizados com o Brexit, bem como pela incerteza face às políticas protecionistas nos Estados Unidos da América. Nos países em desenvolvimento verificou-se um aumento das taxas de juro de longo prazo em obrigações de moeda local sobretudo na América Latina e na Europa. Os riscos dos mercados emergentes diminuíram devido à recuperação dos preços das commodities e as melhorias das condições financeiras externas mantendo os riscos elevados de mercado e liquidez.

Em 2018, prevê-se um crescimento de 2,3% na Zona Euro, com as importações e exportações a apresentar comportamentos muito dinâmicos, com variações de 5,2 e 5,1% respetivamente. A nível do consumo será de esperar um aumento de 1,7% no consumo privado e 1,2% no consumo público. Realce ainda para o crescimento do investimento, onde se espera uma variação positiva de 4,3%.³

⁴ Fonte Eurostat



Portugal

Para a totalidade do ano, a conclusão do INE é que Portugal cresceu 2,7%, sendo que de acordo com as projeções, a economia portuguesa deverá crescer apenas 2,3% no próximo ano. A taxa de desemprego no país manteve a tendência de queda e o emprego a tendência inversa. Este crescimento ocorre devido às melhorias no mercado de trabalho e no rendimento disponível das famílias, levando assim ao aumento do consumo interno.

O consumo privado em 2017 manteve o crescimento com uma percentagem de 2,2%, enquanto que o consumo público apresentou apenas um aumento de 0.1pp.

O investimento foi o fator mais positivo no ano, com aumentos da formação bruta de capital fixo na casa dos 8,3% em Portugal face ao 4,4% na Zona Euro. A contribuir para esta variação positiva estarão as baixas taxas de juro e o maior otimismo que se verifica na economia a nível mundial.

Portugal fechou 2017 com 242,6 mil milhões de euros de dívida pública, mais 1,6 mil milhões que em 2016⁵. Embora se tenha verificado um aumento da dívida em termos absolutos, Portugal viu diminuir o peso da dívida no PIB, com uma redução de cerca de 4pp. O facto é que Portugal aproveitou as baixas taxas de juro do mercado para fazer pagamentos antecipados ao FMI reduzindo assim o peso dos encargos com a dívida sobre as contas publicas.

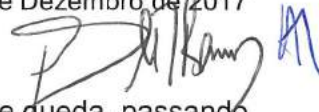
A taxa de cobertura, medida pela relação entre Exportações e Importações, foi de 81,7% para os Bens e de 206,6% para os Serviços sendo o valor total de 104,3%. Em 2017 exportou-se mais do que se importou, segundo dados do Banco de Portugal, Portugal terá exportado 84.315,6M € e importado 80.804,5M €. Ao longo de 2017, as exportações aumentaram 11,2%, enquanto que as importações aumentaram 12,2%. O principal sector responsável pelas variações observadas foi o dos bens, com um impacto de 58,2% nas exportações e de 84,2% nas importações.

O indicador taxa de desemprego em 2017 apresentou uma descida de 2.2pp face a 2016 enquanto que a taxa de inflação mostrou um aumento de 1pp para os 1,6%.

Para 2018, prevê-se que o PIB cresça 2,3%, sendo a desagregação das variações estimadas deste indicador o crescimento nulo do consumo público, para o consumo privado é esperada uma subida de 2,1%, um avanço de 6,1% para o investimento, de 6,5% para as exportações e de 6,7% para importações.

Um dos fatores positivos previstos para 2018 é a fixação em 1% do défice orçamental em função do PIB, 0.4pp abaixo do verificado em 2017.

⁵ Fonte Banco de Portugal



Para 2018 espera-se que a taxa de desemprego continue com a tendência de queda, passando para 7,8%, sendo, no entanto, apenas acompanhada por um aumento de 1.6pp no emprego. Ao nível da inflação, espera-se que esta atinja os 1,5%.⁶

⁶ Fonte PORDATA



Síntese da Atividade em 2017

A Seguramos apresenta-se como uma corretora de seguros que representa a maioria das seguradoras presentes no mercado. Surge, assim, com uma vasta gama de serviços, assumindo uma postura de imparcialidade face aos produtos disponíveis de forma a adequar o serviço às necessidades de cada cliente, de forma a garantir a satisfação dos mesmos.

O ano 2017 apresentou um aumento de 6,5% na produção global de seguro. Em Portugal o segmento não vida tem um peso de 38,8% e segmento Vida de 61,2%.

Em Portugal, a atividade seguradora no “Ramo Vida” apresentou um aumento de 6,2% face a 2016, sendo que os serviços relacionados com o “Ramo não vida” cresceram 7,1%.⁷

A corretora de seguros Seguramos direciona a sua atividade para o segmento “Não Vida”, onde obteve um crescimento de 18% nos prémios de seguros, tendo atingido 12.260 mil euros em 2017, face a 10.704 mil euros no período homólogo.

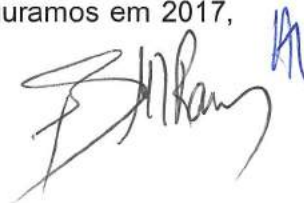
Analisando os principais produtos, destaca-se a evolução do produto Acidentes de trabalho com um aumento de 15,10% dos prémios face ao período homólogo, de seguida o ramo Multirriscos com um aumento de 20,54%, Vida com um aumento de 16,43%, Automóvel com um aumento de 13,63%, Saúde com um aumento registado em 11,62%, responsabilidade civil com um aumento de 8,94%. Com uma evolução negativa apresenta-se o ramo dos acidentes pessoais com -12,29%.

Fruto desta evolução o volume de negócios foi de 1.682 mil euros em 2017 face a 1.418 mil euros de 2016, um crescimento de 18,6% face ao período homólogo.

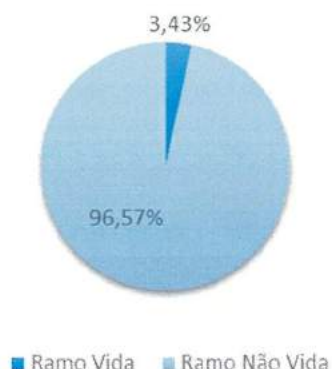


⁷ Fonte APS – Associação Portuguesa de Seguradores

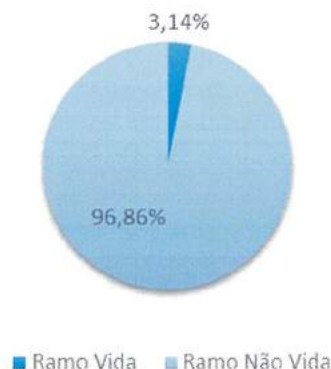
O ramo não vida representa cerca de 96,6% do volume de negócios da Seguramos em 2017, apresentando uma diminuição de 0.29p.p face ao período homólogo.



Peso V.N. 2017



Peso V.N. 2016

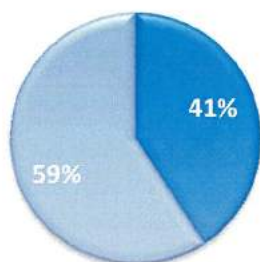


A performance financeira de 2017 face a 2016 foi positiva, não só fruto da própria evolução do mercado, mas também da própria empresa, que se pautou na angariação de um maior número de clientes e consequentemente de prémios. Na estrutura da Seguramos, o segmento empresarial apresenta um aumento de 15% face a 2016 (26%) e o segmento particular de 11% face ao período homólogo de 13%.

	2017	2016	2015
Nº Clientes	17 063	15 261	13 316
Clientes - Particulares	15 133	13 588	11 990
Comissões Particulares	619 427	532 824	454 444
% Comissões Sobre o Total	41%	40%	41%
Clientes - Empresas	1 930	1 673	1 325
Comissões	897 726	793 001	647 453
% Comissões Sobre o Total	59%	60%	59%

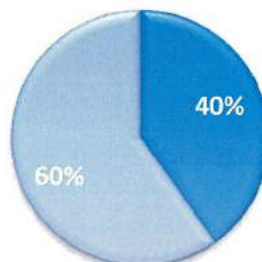
O peso das comissões em 2017 apresenta um aumento de 1p.p face a 2016 no segmento particular, como é visível nos gráficos abaixo.

Peso Comissões 2017



■ Clientes - Particulares ■ Clientes - Empresas

Peso Comissões 2016



■ Clientes - Particulares ■ Clientes - Empresas

Os resultados da empresa foram significativamente melhores face aos registados no período homólogo. Embora se tenha verificado um aumento de 29.3% nos fornecimentos e serviços externos e de 3.5% nos gastos com pessoal, esses aumentos foram mais do que compensados pelo aumento de 18.6% no volume de negócio. Desta forma, em 2017, o resultado líquido foi de 78 mil euros com uma margem de 4.6%, face aos 16 mil euros e margem de 1,1% verificados em 2016. O resultado líquido gerado em 2017 representa 0,64% dos prémios totais do mesmo ano, face a 0,15% do ano anterior. Torna-se ainda importante realçar que em 2017, o Resultado Líquido foi afetado pela amortização dos Ativos Fixos Intangíveis (Goodwill) em 115 889 €.

Resultado Líquido & Margem Líquida



Perspetivas Futuras

A Seguramos, para 2018, tem como objetivos destacar-se cada vez mais no segmento empresarial e aumentar a cobertura nas lojas recentes em Vila Nova de Famalicão, Lisboa e Braga. Por isso, com o apoio e dedicação de todos os colaboradores, tem como meta de volume de negócios de 2 milhões de euros, no decorrer do próximo ano.

Eventos Subsequentes

Até à data de conclusão deste relatório não ocorreram factos significativos que mereçam destaque.

Aplicação de Resultados

A decisão da Gerência vai no sentido de propor que os resultados líquidos no valor de 77 940 euros sejam transferidos para reservas livres.

Agradecimentos

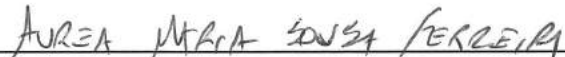
A Gerência não poderia dar por terminado o presente relatório sem expressar o seu reconhecimento e agradecimento a todos aqueles que colaboraram com a empresa, nomeadamente Clientes, Colaboradores, Fornecedores, Instituições Financeiras, Entidades Públicas, Fiscal Único e Consultores.

Porto, 23 de Março de 2018

A Gerência



Mário Jorge Antunes Oliveira Ramos



Áurea Maria de Sousa Ferreira

Balanço

Para os períodos findos a 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Euros

	Notas	PERÍODOS	
		31/12/2017	31/12/2016
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	156 906	172 964
Propriedades de investimento	8	114 755	116 857
Ativos Intangíveis	7	927 111	1 042 999
Outros Investimentos Financeiros		2 261	4 491
		1 201 032	1 337 311
Ativo corrente			
Cientes		615	-
Outros créditos a receber	11	326 078	208 218
Diferimentos		7 626	6 359
Caixa e depósitos bancários	4	116 084	42 741
		450 404	257 318
Total do ativo		1 651 436	1 594 629
Capital próprio			
Capital subscrito	12	50 000	50 000
Reservas Legais	12	16 886	16 886
Outras Reservas	12	462 344	446 488
Resultados transitados	12	56 450	56 450
		585 680	569 824
Resultado líquido do período		77 940	15 856
Total do capital próprio		663 619	585 680
Passivo não corrente			
Financiamentos Obtidos	9	117 982	286 744
		117 982	286 744
Passivo corrente			
Fornecedores		11 062	14 474
Estado e Outros Entes Públicos	10	69 737	61 579
Financiamentos obtidos	9	425 253	339 698
Outras dívidas a pagar	11	363 783	306 454
		869 835	722 206
Total do passivo		987 816	1 008 949
Total do capital próprio e do passivo		1 651 436	1 594 629

A Gerência

Aurora Maria Sousa Ferreira
AUREA MARIA SOUSA FERREIRA

O Contabilista Certificado

Henrique

Demonstração dos resultados

Para os períodos findos a 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Euros

Rendimentos e Gastos	Notas	PERÍODOS	
		31/12/2017	31/12/2016
Vendas e serviços prestados	18	1 681 595	1 417 815
Subsídios à exploração		6 756	8 079
Fornecimentos e serviços externos	13	(787 629)	(609 381)
Gastos com o pessoal	14	(550 503)	(531 853)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)		(8 043)	(3 709)
Outros rendimentos		9 149	5 929
Outros gastos	15	(37 623)	(44 680)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		313 702	242 200
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6 / 7 / 8	(144 817)	(147 978)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		168 885	94 222
Juros e gastos similares suportados	16	(12 693)	(19 532)
Resultado antes de impostos		156 192	74 690
Imposto sobre o rendimento do período	17	(78 252)	(58 834)
Resultado líquido do período		77 940	15 856

A Gerência

Aurea Maria Costa Ferreira
AUREA MARIA COSTA FERREIRA

O Contabilista Certificado

Artur P. N.



Demonstração da alteração dos capitais próprios

Demonstração da Alteração dos Capitais Próprios em 31 de Dezembro de 2016

Euros

Descrição	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2016	50 000	16 886	394 451	56 450	52 037	569 824
Alterações no período						
Aplicação de Resultados	-	-	52 037	-	(52 037)	-
	-	-	52 037	-	(52 037)	-
Resultado líquido do período	-	-		-	15 856	15 856
Resultado integral	-	-	52 037	-	(36 181)	15 856
A 31 de Dezembro de 2016	50 000	16 886	446 488	56 450	15 856	585 680

Demonstração da Alteração dos Capitais Próprios em 31 de Dezembro de 2017

Euros

Descrição	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2017	50 000	16 886	446 488	56 450	15 856	585 680
Alterações no período						
Aplicação de Resultados	-	-	15 856	-	(15 856)	-
	-	-	15 856	-	(15 856)	-
Resultado líquido do período	-	-	-	-	77 940	77 940
Resultado integral	-	-	15 856	-	62 083	77 940
A 31 de Dezembro de 2017	50 000	16 886	462 344	56 450	77 940	663 619

A Gerência

Alfonso José Antunes Clima Ramo
AUREA MARIA SOUSA FERREIRA

O Contabilista Certificado

António

Demonstração de fluxos de caixa

Para os períodos findos a 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Euros

<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</u>	31/12/2017	31/12/2016
Recebimentos de clientes	2 466 012	1 447 778
Pagamentos a fornecedores	(1 626 510)	(596 265)
Pagamentos ao pessoal	(554 352)	(507 115)
Caixa gerada pelas operações	285 150	344 398
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(72 904)	(36 443)
Outros recebimentos/pagamentos	(22 894)	(80 850)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	189 351	227 105
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(41 736)	(65 242)
Investimentos financeiros	-	(1 017)
Outros ativos	-	(11 500)
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	-	10 000
Outros ativos	2 510	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(39 226)	(67 759)
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(64 696)	(147 396)
Juros e gastos similares	(12 086)	(21 257)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(76 782)	(168 653)
<u>VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1+2+3)</u>	73 343	(9 307)
Caixa e seus equivalentes no início do período	42 741	52 048
Caixa e seus equivalentes no fim do período	116 084	42 741
	73 343	(9 307)

A Gerência

António Manuel Gomes da Silva
ANITA MARIA SOUSA FERREIRA

O Contabilista Certificado

António Manuel

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DEZEMBRO DE 2017

(Montantes Expressos em Euros)



1 INTRODUÇÃO

A Seguramos - Corretores de Seguros, Lda., sediada na Av. de França, 256 – Loja 38, Edifício Capitólio, com um capital social de 50.000 euros, tem como atividade principal, a mediação de seguros.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Gerência, na reunião de 23 de março de 2018. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Sócios, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

É da opinião da Gerência que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Seguramos - Corretores de Seguros, Lda., bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de Preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis, de agora em diante designadas SNC, ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

2.2 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.



2.3 Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras Anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, de acordo com as normas contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.1 Bases de Mensuração

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para NCRF e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo.



Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios	3-50
Equipamento Administrativo	3-10
Equipamento Transporte	8
Outros Ativos Fixos Tangíveis	3-7

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo e, quando necessário, registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, previsto no Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de Setembro, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. As alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospetivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.



3.2.2 Ativos intangíveis

A Seguramos valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo Modelo do Custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

3.2.3 Imparidade de ativos tangíveis e intangíveis

A Seguramos - Corretores de Seguros, Lda., realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim, regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo, deduzido dos custos de venda, e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os Ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospetivamente de acordo com o valor recuperável.

3.2.4 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o



locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.2.5 Ativos e Passivos financeiros

A Gerência determinou a classificação dos ativos e passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

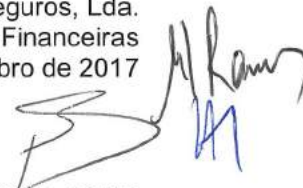
Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A empresa classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros; i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos e passivos financeiros registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.), os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar



(fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A Seguramos - Corretores de Seguros, Lda., classifica e mensura ao justo valor os ativos e passivos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa. O justo valor de investimentos cotados é baseado nos preços correntes de mercado.

A Seguramos - Corretores de Seguros, Lda., avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a Empresa reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados. As perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são reversíveis (são mensurados ao custo).

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

Os passivos financeiros (ou parte de um passivo financeiro) são desreconhecidos apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.6 Clientes e Outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e Outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por



imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.2.7 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.2.8 Capital social

As quotas são classificadas no capital próprio.

3.2.9 Fornecedores e Outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

3.2.10 Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.



Os juros de empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos.

3.2.11 Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos

afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.2.12 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis da sociedade de acordo com as regras fiscais, quando existem situações relevantes, a tributação diferida.

3.2.13 Rédito e especialização dos exercícios

O rédito decorrente da prestação de serviços é reconhecido na demonstração de resultados, líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O rédito decorrente das prestações de serviços não é reconhecido se existirem dúvidas quanto à aceitação da prestação do serviço ou quanto à cobrança da prestação do serviço.

A empresa procede ao registo das comissões (rédito) geradas com a atividade no momento em que o tomador do seguro procede ao pagamento do prémio.

Relativamente aos prémios recebidos pela empresa, não é efetuado qualquer movimento contabilístico até ao momento do efetivo recebimento pela empresa do prémio, momento em que a empresa assume a obrigação da entrega do montante do prémio líquido da comissão à Companhia de Seguros respetiva.



Nas situações em que a empresa tem direito ao recebimento de comissões adicionais em função da sinistralidade da carteira no exercício, são consideradas as melhores estimativas dos montantes a receber com base na informação disponível à data da preparação das Demonstrações Financeiras.

O rédito dos juros é reconhecido tendo em consideração a proporção do tempo decorrido e o rendimento efetivo do ativo.

Quando uma conta a receber se encontra em imparidade, a empresa reduz o seu valor contabilístico para o valor recuperável, sendo este igual ao valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efetiva original do ativo. O desconto é reconhecido como proveito financeiro.

Os gastos e rendimentos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

3.2.14 Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Seguramos - Corretores de Seguros, Lda. são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Gerência, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

No decurso dos registos contabilísticos necessários à determinação do valor do património e do rédito, a empresa faz uso de estimativas e pressupostos relativos a eventos cujos efeitos só serão plenamente conhecidos em exercícios futuros. Na sua maioria tem-se verificado que os valores registados foram confirmados no futuro. Todas as variações que, eventualmente, surjam serão registadas nos exercícios em que se determinem os seus efeitos definitivos. Esta natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:



Estimativas contabilísticas relevantes

3.2.14.1 Ativos tangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Gerência para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

3.2.14.2 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser motivada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Seguramos - Corretores de Seguros, Lda., tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Gerência no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.3 Juízos de Valor

O justo valor dos instrumentos financeiros comercializados nos mercados ativos (por exemplo, títulos de negociação) é determinado com base nos preços do mercado de cotação à data de balanço.

O preço do mercado usado para os ativos financeiros da empresa é o preço recebido pelos acionistas no mercado corrente. O preço do mercado para os passivos financeiros é o preço a pagar no mercado corrente.



O valor nominal dos ativos a receber de clientes e terceiros em geral, ajustado pelas respetivas perdas por imparidade, bem como o valor nominal dos passivos de fornecedores e terceiros em geral é assumido como estando próximo do seu justo valor.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas sobre eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias em causa.

No decurso dos registos contabilísticos necessários à determinação do valor do património e do rédito, a empresa faz uso de estimativas e pressupostos relativos a eventos cujos efeitos só serão plenamente conhecidos em exercícios futuros. Na sua maioria tem-se verificado que os valores registados foram confirmados no futuro. Todas as variações que, eventualmente, surjam serão registadas nos exercícios em que se determinem os seus efeitos definitivos.

3.5 Gestão de Risco

A atividade da empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco taxa de juro), risco de crédito, risco de liquidez e risco de capital.

Risco de crédito

O risco de crédito resulta, no essencial, dos saldos a receber de tomadores e agentes. O risco de crédito é avaliado pela direção financeira da empresa, tendo em conta o histórico de relação comercial, a sua situação financeira, bem como outras informações que possam ser obtidas através da rede de negócios. Os limites de crédito estabelecidos são regularmente analisados e revistos, se necessário. O risco de crédito é reduzido.

Risco de Liquidez

A cobertura do risco de liquidez, definida como a capacidade para responder a responsabilidades assumidas, é feita, no essencial, pela existência, de um conjunto de linhas de crédito imediatamente disponíveis. Estas facilidades asseguram à Seguramos - Corretores de Seguros, Lda., uma capacidade de liquidar posições num prazo bastante curto, permitindo a necessária flexibilidade na condução dos seus negócios, pelo que está prevista a manutenção destas linhas de crédito.



3.6 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.



4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da Demonstração dos Fluxos de Caixa, Caixa e seus Equivalentes inclui caixa e depósitos bancários. O caixa e seus equivalentes em 31 Dezembro de 2017 e de 2016 detalha-se conforme se segue:

	<u>31/dez/17</u>	<u>31/dez/16</u>
Numerário	107 500	27 497
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	8 584	15 244
	<u>116 084</u>	<u>42 741</u>

A elaboração da demonstração de fluxos de caixa tem em consideração os seguintes pressupostos:

- (i) Os fluxos financeiros associados a utilização/amortização de contas caucionadas são apresentados pelo seu valor líquido;
- (ii) Os fluxos financeiros associados ao pagamento de locações financeiras são classificados como atividade de investimento na rubrica de ativos fixos tangíveis.

5 PARTES RELACIONADAS

5.1 Relacionamento com empresa-mãe:

As demonstrações financeiras da sociedade integram as contas consolidadas da Proef Sgps, S.A., com sede na Trofa.

Nome	% Participação
<i>Proef Sgps, S.A.</i>	45,00%

5.2 Remunerações Órgãos Sociais

Remunerações aos membros dos Órgãos Sociais no montante de 60.915 euros.

5.3 Saldos e transações entre partes relacionadas:

	Compras e Serviços Recebidos		Custos Financeiros (Juros)		Financiamentos Obtidos		Contas a pagar		Contas a receber	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Empresa - Mãe e Relacionadas										
<i>Proef Sgps, SA.</i>	36 900	36 900	2 322	3 581	120 000	191 000	4 017	3 919	(615)	-
<i>Eurico Ferreira, SA.</i>	3 075	1 845	-	-	-	-	-	-	-	(3 690)
<i>Proef IT</i>	875	461	-	-	-	-	154	-	-	-

6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2017, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:



	Terrenos	Edifícios	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros Activos Fixos Tangíveis	Total
01 de Janeiro de 2016						
Custo	34 989	230 218	78 500	112 457	12 157	468 322
Depreciação acumulada	-	(97 225)	(72 466)	(104 303)	(11 783)	(285 777)
Valor líquido	34 989	132 994	6 034	8 154	374	182 545

Valor líquido inicial	34 989	132 994	6 034	8 154	374	182 545
Adições	-	23 918	113 800	4 157	1 574	143 449
Diminuições	-	-	(78 500)	-	-	(78 500)
Transferências	(34 989)	(104 958)	-	-	-	(139 958)
Depreciação do exercício	-	(9 489)	(13 686)	(8 618)	(297)	(32 089)
Depreciação - alienações	-	-	74 417	-	-	74 417
Depreciação - transferências	-	23 101	-	-	-	23 101
Valor líquido final	-	65 555	102 064	3 693	1 652	172 964

31 de Dezembro de 2016						
Custo	-	149 168	113 800	116 614	13 731	393 313
Depreciação acumulada	-	(83 613)	(11 736)	(112 921)	(12 080)	(220 349)
Valor líquido	-	65 555	102 064	3 693	1 652	172 964

	Edifícios	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros Activos Fixos Tangíveis	Total
01 de Janeiro de 2017					
Custo	149 168	113 800	116 614	13 731	393 313
Depreciação acumulada	(83 613)	(11 736)	(112 921)	(12 080)	(220 349)
Valor líquido	65 555	102 064	3 693	1 652	172 964

Valor líquido inicial	65 555	102 064	3 693	1 652	172 964
Adições	5 270	-	5 498	-	10 768
Depreciação do exercício	(9 052)	(14 225)	(3 204)	(345)	(26 827)
Valor líquido final	61 774	87 839	5 987	1 306	156 906

31 de Dezembro de 2017					
Custo	154 438	113 800	122 112	13 731	404 082
Depreciação acumulada	(92 664)	(25 961)	(116 125)	(12 425)	(247 176)
Valor líquido	61 774	87 839	5 987	1 306	156 906

As depreciações do exercício, foram registadas na rubrica, Gastos de depreciação e amortização, tendo sido usado o método das quotas constantes – taxas mínimas no equipamento de transporte e taxas máximas nas restantes rubricas.

Em 2016 foi efetuada transferência para propriedades de investimento dos valores referentes ao imóvel situado em Guimarães.



7 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2017, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Goodwill	Total
01 de Janeiro de 2016		
Custo	1 158 888	1 158 888
Valor líquido	1 158 888	1 158 888

Valor líquido inicial	1 158 888	1 158 888
Depreciação do exercício	(115 889)	(115 889)
Valor líquido final	1 042 999	1 042 999

31 de Dezembro de 2016		
Custo	1 158 888	1 158 888
Depreciação acumulada	(115 889)	(115 889)
Valor líquido	1 042 999	1 042 999

	Goodwill	Total
01 de Janeiro de 2017		
Custo	1 158 888	1 158 888
Depreciação acumulada	(115 889)	(115 889)
Valor líquido	1 042 999	1 042 999

Valor líquido inicial	1 042 999	1 042 999
Depreciação do exercício	(115 889)	(115 889)
Valor líquido final	927 111	927 111

31 de Dezembro de 2017		
Custo	1 158 888	1 158 888
Depreciação acumulada	(231 778)	(231 778)
Valor líquido	927 111	927 111



8 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 2016 foi efetuada a transferência de Ativos Fixos Tangíveis para Propriedades de Investimento dos valores referentes ao imóvel situado em Guimarães, pelo facto de já não estar alocada à normal atividade da empresa. Em 2016 não obteve rendimentos, contudo em 2017 com a sublocação do referido imóvel, auferiu um rendimento de 6 500€.



	Terrenos	Edifícios	Total
01 de Janeiro de 2016			
Custo	-	-	-
Depreciação acumulada	-	-	-
Valor líquido	-	-	-

Valor líquido inicial	-	-	-
Transferências	34 989	104 968	139 958
Depreciação do exercício	-	(2 102)	(2 102)
Depreciação - Transferências	-	(20 999)	(20 999)
Valor líquido final	34 989	81 868	116 857

31 de Dezembro de 2016			
Custo	34 989	104 968	139 958
Depreciação acumulada	-	(23 101)	(23 101)
Valor líquido	34 989	81 868	116 857

	Terrenos	Edifícios	Total
01 de Janeiro de 2017			
Custo	34 989	104 968	139 958
Depreciação acumulada	-	(23 101)	(23 101)
Valor líquido	34 989	81 868	116 857

Valor líquido inicial	34 989	81 868	116 857
Depreciação do exercício	-	(2 102)	(2 102)
Valor líquido final	34 989	79 766	114 755

31 de Dezembro de 2017			
Custo	34 989	104 968	139 958
Depreciação acumulada	-	(25 203)	(25 203)
Valor líquido	34 989	79 766	114 755

[Handwritten signatures and initials]

9 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 o detalhe dos financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do exercício, é como segue:

	31/dez/17		31/dez/16	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Saldos Credores de Depósitos à Ordem	29 880	-	43 223	-
Contas Caucionadas	305 000	-	250 000	-
PME Crescimento	-	-	16 667	-
Participantes de capital	60 000	60 000	-	198 390
	394 880	60 000	309 889	198 390
Locações financeiras	30 374	57 982	29 809	88 354
	30 374	57 982	29 809	88 354
	425 253	117 982	339 698	286 744

Locações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2017 a Empresa é locatária de um contrato de locação financeira relacionado com a aquisição de uma loja em Guimarães e de uma viatura, o qual se encontra denominado em euros.

Os bens detidos em regime de locação financeira são detalhados conforme se segue:

	31/dez/17		31/dez/16
	Amortiz./		Montante
	Custo	perdas imp. acumuladas	Montante líquido
Terrenos e recursos naturais	34 989	-	34 989
Edifícios e outras construções	104 968	25 203	79 766
Equipamento de Transporte	113 800	25 961	87 839
	253 757	51 163	202 594
			218 921



Garantias bancárias

Existe uma garantia bancária na CGD, no valor mínimo de 18.760 euros, a favor da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões para pagamento dos prémios dos tomadores.

10 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os saldos com o Estado e outros entes públicos, são os seguintes:

	31/dez/17		31/dez/16	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto s/rendimento - IRC	-	37 162	-	33 439
Imposto s/rendimento - IRS	-	14 314	-	10 537
Imposto s/valor acrescentado - IVA	-	115	-	-
Contribuições p/ Seg Social / FCT / FGCT	-	18 145	-	17 603
	-	69 737	-	61 579

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	31/dez/17	31/dez/16
Pagamentos por conta	39 465	25 395
Retenções IRC	1 625	-
Estimativa de IRC	(78 252)	(58 834)
Total	(37 162)	(33 439)

Nos termos do nº 21 do DL 411/91 de 17/10, informa-se que em 31 de Dezembro de 2017 a empresa não tem dívidas em mora à Segurança Social.

Nos termos do DL 534/80 de 7/11, informa-se que em 31 de Dezembro de 2017 não existem dívidas em mora ao Estado.



11 OUTRAS CRÉDITOS A RECEBER E DÍVIDAS A PAGAR

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a decomposição da rubrica de **Outros créditos a receber**, é como segue:

	31/dez/17			31/dez/16		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Corrente:						
Seguradoras	71 708		71 708	26 744		26 744
Tomadores	199 696		199 696	127 957		127 957
Agentes	11 419		11 419	421		421
Outros	43 255		43 255	53 096		53 096
Outras contas a receber	326 078	-	326 078	208 218	-	208 218

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o detalhe da rubrica de **Outras dívidas a pagar** é como segue:

	31/dez/17	31/dez/16
Corrente:		
Seguradoras	222 493	188 530
Agentes	19 408	
Tomadores	24 571	16 538
Recibos provisórios		
Cheques Ordem Companhia	2 609	467
Cartão de Crédito	1 014	1 421
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	57 702	55 257
Juros	2 217	1 659
Gratificações	0	7 000
Electricidade e Comunicação	3 343	3 221
Comissões	25 781	29 611
Outros acréscimos de gastos	1 453	1 907
Outros Credores:		
Proef, SGPS	942	844
Outros	2 250	
Outras contas a pagar	363 783	306 454



12 CAPITAL

Capital subscrito

O capital social da empresa é constituído por quotas e encontra-se integralmente subscrito e realizado.

Conforme deliberação da Assembleia Geral de 31 de Março de 2017, o Resultado Líquido do Exercício de 2016 no montante de 15 856 euros, foi transferido para:

✓ Outras Reservas 15 856 €

Reserva Legal

A Reserva Legal só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de Dezembro de 2017 a reserva legal ascendia a 16.886 euros, representando mais de 20% do capital.



13 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos incorridos durante o exercício de 2017 e 2016, é como segue:

	31/dez/17	31/dez/16
Electricidade, água, combustíveis e outros fluidos	27 874	25 701
Rendas e alugueres	80 299	68 111
Comunicação	36 642	37 706
Seguros	12 938	9 602
Materiais	22 633	22 289
Deslocações e estadas e transporte de mercadorias	53 586	47 739
Despesas de Representação	1 902	149
Serviços Bancários	4 134	2 328
Comissões	437 916	303 112
Conservação e reparação	27 434	17 032
Publicidade e propaganda	4 614	4 289
Limpeza, higiene e conforto	9 313	8 972
Trabalhos especializados	58 918	59 063
Vigilância e Segurança	1 567	738
Outros	7 859	2 549
Fornecimentos e Serviços Externos	787 629	609 381

14 GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2017 e 2016, foram como segue:

	31/dez/17	31/dez/16
Salários e ordenados	435 277	423 699
Contribuições para a segurança social	81 545	86 581
Seguros de acidentes de trabalho	2 395	2 054
Indemnizações	5 929	-
Outros custos com pessoal	25 358	19 519
Gastos com pessoal	550 503	531 853
N.º médio de empregados	27	24



15 OUTROS GASTOS

Outros Gastos e Perdas reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016 são detalhados conforme se segue:

	31/dez/17	31/dez/16
Impostos	33 035	27 982
Descontos pp concedidos	1 041	2 352
Quotizações	1 575	1 950
Donativos	1 937	2 742
Outros	36	9 654
Outros Gastos e Perdas	37 623	44 680

Em impostos encontra-se registado o imposto de selo incidente sobre as comissões obtidas.

16 JUROS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016 são detalhados conforme se segue:

	31/dez/17	31/dez/16
Juros suportados financiamentos	9 106	15 240
Juros Financiamento Bancário	4 982	9 451
Juros Financiamento Leasing	1 802	2 209
Juros Financiamento Grupo	2 322	3 581
Outros Gastos e Rendimentos	3 587	4 291
Gastos Financeiros Líquidos	12 693	19 532

17 IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO

	31/dez/17	31/dez/16
Corrente	78 252	58 834
	78 252	58 834




O imposto corrente do exercício corresponde à tributação autónoma (16.409 euros) e à aplicação de taxa de IRC e da derrama em vigor ao Lucro Tributável de 274.857 euros, que resulta no valor de 61.843 euros (Derrama: 4.123 euros; IRC: 57.720 euros).

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a uma taxa de 21%, acrescida da Derrama à taxa de 1,5%. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa relativas aos anos de 2013 a 2017 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

A Seguramos - Corretores de Seguros, Lda., entende que as correções, resultantes de revisões ou inspeções por parte das autoridades fiscais, aquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras apresentadas a 31 de Dezembro de 2017.

18 CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Norma Regulamentar nº 15/2009 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

a) Política Contabilística para Reconhecimento da Remuneração

Informação incluída na Nota 3.2.13 – Rédito e Especialização dos Exercícios.

b) Total das Remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo

Remunerações (€)					
Ram o			Origem		
Fundos de Pensões	Vida	Não Vida	Empresas de Seguro	Outros mediadores	Clientes
-	57 679	1 623 916	1 681 595	-	-

Remunerações				
Natureza		Tipo		
Numerário	Espécie	Comissões	Honorários	Outras remunerações
1 681 595	-	1 681 595		



c) Total das Remunerações relativas aos contratos de seguro desagregados por ramo “Vida”, Fundos de Pensões e conjunto dos Ramos “Não Vida”, e por origem.

Código ISP	Por Entidade (Origem)	Remunerações				2017	
		Ramo Vida		Ramo Não Vida		Transferencia de valores	
		2017	2016	2017	2016	Para entrega a empresas de seguros	Entregues por empresas de seguros
1173	Chubb European Group Limited-Sucursal em Portugal			583	762		
1001	Açoreana Seguros, S.A	962	688	19 961	110 496		
1028	Allianz Portugal, S.A	648	700	153 154	152 133		
9999	April Portugal	8 181	7 813				
1157	Arag			92	68		
1196	Abarca Companhia Seguros S.A			135			
1129	Ageas Companhia de Seguros SA			267 563	216 000	80	
1039	Ageas Companhia de Seguros Vida SA	3 447	3 372	121			
1085	AIG Europe Limited - Sucursal Portugal			20 154	19 240		
1177	ERV Companhia Europeia de Seguros			2 602	682		
1151	EuroVida, S.A	299	346				
1011	Fidelidade Mundial, S.A	2 694	2 205	184 883	100 499		
1043	Generali, S.A			83 162	65 040		
1021	Generali Vida	571	552				
9999	GI Insurance Portugal SA			7 231	2 014		
1097	Groupama Seguros S.A			5 456	16 035		
1098	Groupama Vida	885	426				
1014	Imperio Bonança, S.A	1 490	1 035	9 052	6 432		
1056	Inter Partner Assistance S.A			351	1 036		
9999	Innovarisk			1 137	849		
1010	Liberty, S.A	5 805	4 799	133 810	156 171		
1026	Lusitania, S.A			81 509	85 229		
1025	Lusitania Vida	8 889	5 738				
1133	Caravela - Companhia de Seguros, SA			217 134	150 520	260	
1145	Mapfre - Seguros Gerais, S.A			40 937	31 219		
1186	Mapfre Vida	103	4				
1131	Medis			654	893		
1041	Metlife	5 412	6 331	130	43		
9999	Mgen/Europamut			6 955	8 545		
1023	Ocidental, S.A			6 814	5 228		
1167	Popular Seguros			384	312		
1029	Real Vida	12 156	3 623	50			
9999	Saúde Prime		0	1 340	1 144		
1165	T-Vida - Companhia de Seguros, S.A	3 880	4 691				
1037	Tranquilidade, S.A			267 477	197 543		
1160	Victoria Seguros, S.A			10 311	8 837		
1096	Victoria Vida	766	1 111				
1184	Zurich			40 774	36 317		
1132	Zurich Vida	1 489	1 096				
Total		57 679	44 530	1 623 916	1 373 285	340	0



d) Níveis de Concentração das Remunerações auferidas pela carteira

Não existe concentração, igual ou superior a 25% do total das remunerações auferidas pela carteira, ao nível de empresas de seguros, outros mediadores e clientes.

e) Contas a Receber e a Pagar desagregadas por origem

As contas a receber e a pagar em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 têm a seguinte natureza:

Por natureza	31/dez/17		31/dez/16	
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	-	401 485	-	280 632
Remunerações respeitantes a prémios de (res)seguro já cobrados e por cobrar	-	(178 992)	-	(92 102)
Outras quantias	326 078	141 290	208 218	117 924
- saldo conta-corrente tomadores	199 696	24 571	127 957	16 538
- saldo conta-corrente agentes	11 419	19 408	421	-
- saldo conta-corrente seguradoras	71 708	-	26 744	-
- credores por acréscimos de gastos	-	90 497	-	101 386
- outros	43 255	6 815	53 096	-
	326 078	363 783	208 218	306 454

f) Idade das Contas a Receber vencidas à data de relato (final do exercício)

Ano vencimento	31/dez/17					
	Agentes		Tomadores		Outros	
	Vencidas mas sem imparidade	Com imparidade	Vencidas mas sem imparidade	Com imparidade	Vencidas mas sem imparidade	Com imparidade
2017	11 419	-	191 653	8 043	114 963	-
2016	-	-	-	-	-	-
2015	-	-	-	-	-	-
2014	-	-	-	-	-	-
2013	-	-	-	-	-	-
2012	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	-	-	-	-
<2010	-	-	-	-	-	-

g) Empresas de Seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações

Código ISP	Por Entidade (Origem)	Remunerações			
		Ramo Vida/Não Vida/Fundos Pensões			
		€		%	
		2017	2016	2017	2016
1001	Açoreana Seguros, S.A	80 924	111 184	5%	8%
1028	Allianz Portugal, S.A	153 802	152 833	9%	11%
1129	Ageas Companhia de Seguros SA	267 563	216 000	16%	15%
1011	Fidelidade Mundial, S.A	187 577	102 704	11%	7%
1043	Generali, S.A	83 162	65 040	5%	5%
1010	Liberty, S.A	139 615	160 970	8%	11%
1026	Lusitania, S.A	81 509	85 229	5%	6%
1133	Caravola SA	217 134	150 520	13%	11%
1037	Tranquilidade, S.A	267 477	197 543	16%	14%

As alíneas que se encontrem ausentes desta nota não são aplicáveis à empresa.

19 APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A decisão da Gerência vai no sentido de propor que os resultados líquidos no valor de 77 940 euros sejam transferidos para reservas livres.

20 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não se registaram alterações relevantes nas condições à data do balanço.

Posteriormente a 31 de Dezembro de 2017 e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que venham a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da Empresa.

A Gerência

Aurora Maria Costa Ferreira
AURORA MARIA COSTA FERREIRA

O Contabilista Certificado

Adriano

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as Demonstrações Financeiras anexas da **SEGURAMOS - Corretores de Seguros, Lda.**, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 1.651.436 euros e um total de Capital Próprio de 663.619 euros, incluindo um Resultado Líquido do Exercício de 77.940 euros), a Demonstração dos Resultados, a Demonstração da Alteração dos Capitais Próprios e a Demonstração de Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às Demonstrações Financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **SEGURAMOS - Corretores de Seguros, Lda.** em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro (NCRF) adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a Opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do Órgão de Gestão pelas Demonstrações Financeiras

O Órgão de Gestão é responsável pela:

- a preparação de Demonstrações Financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro (NCRF) adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

SEGURAMOS - Corretores de Seguros, Lda.

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de Demonstrações Financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do Auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as Demonstrações Financeiras estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas Demonstrações Financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das Demonstrações Financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Órgão de Gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão de Gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas Demonstrações Financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até

Pinho

SEGURAMOS - Corretores de Seguros, Lda.

à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das Demonstrações Financeiras, incluindo as divulgações, e se essas Demonstrações Financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os Encarregados da Governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as Demonstrações Financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Em nossa opinião, o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as Demonstrações Financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Maia, 05 de Abril de 2018

Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda.

Representada por:



Rui Manuel Correia de Pinho, ROC